

ESTADO DE PAULO

# Devemos negociar com FMI

duo p 20 30 ABR 1987

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O embaixador e ex-chanceler Saraiva Guerreiro, da comissão de assessoramento presidencial para o problema da dívida externa, defendeu ontem as negociações com o FMI, na Sub-comissão de Soberania, Nacionalidade e Relações Internacionais. Lembrou que o País é membro do Fundo e que "é natural" que o organismo procure dar alguma garantia aos credores de que os empréstimos serão honrados pelos tomadores.

Falando sempre muito evasivamente, Saraiva Guerreiro disse aos parlamentares que acha difícil especificar qualquer condição para o pagamento da dívida, no texto constitucional. Pensa que o Congresso deverá apenas encontrar uma maneira de se informar e acompanhar o problema do endividamento externo. Não concorda também com a aprovação prévia do Congresso para os empréstimos, "pois isso exigiria uma grande agilidade que é difícil de se obter".

O deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) explicou ao ex-chanceler que a tendência generalizada entre os constituintes é de colocar na nova Carta a obrigatoriedade de se fazer uma auditoria internacional para saber a origem da dívida, condicionar seu pagamento do serviço a 1% do PIB ou a determinada percentagem do superávit comercial, além de se fixar um prazo de carência de cinco anos para o pagamento dos juros, com um limite de 40 anos para pagar o saldo total, "preservando a soberania brasileira".

Saraiva Guerreiro frisou que o Brasil "não pode ser soberano sobre os outros países" e que a questão da soberania depende das relações internacionais, não sendo possível impor medidas unilaterais. Disse recetar bastante qualquer artigo constitucional específico sobre a dívida externa. Para Guerreiro, os dispositivos constitucionais mencionados por Paulo Macarini "vão acabar contrariando nossos interesses, nos impedindo de negociar, deixando o País com as mãos atadas".